



AS MUDANÇAS PRODUTIVAS DO CAPITAL E A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO: A ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

Cibele da Silva Henriques¹

Resumo

O presente estudo – A Natureza da Revolução Burguesa Brasileira e o Processo de Modernização Dependente: a crítica florestiana – objetiva fazer uma resenha crítica da obra de Florestan Fernandes intitulada “A Revolução Burguesa no Brasil”, haja vista que consideramos a apreensão teórica desse escrito de suma importância para o entendimento da natureza da revolução nacional, do capitalismo dependente e da “autocracia burguesa”. Cabe reafirmar que a realização deste estudo se faz imprescindível, porque ainda estamos sob a égide burguesa no Brasil, então, precisamos conhecer e refletir sobre a nossa história para que possamos vislumbrar mecanismos de ruptura com esse padrão vigente que modula as políticas sociais.

Palavras-Chave: Revolução Burguesa, Capitalismo Dependente, Políticas Sociais.

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS SOBRE A NATUREZA DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: A ÓTICA FLORESTIANA

Florestan Fernandes (1975) teceu importantes interpretações sociológicas sobre a “Revolução Burguesa no Brasil”. Pois descreveu nessa obra citada acima, elementos importantes que nos auxiliam a caracterizar a natureza desse processo.

O supracitado autor aponta que no período entre o fim do Império e o começo da república já continha os germes do poder burguês e, por conseguinte da dominação burguesa. E, que é nesse lapso de tempo que ocorreu o processo de recomposição das estruturas de poder que foi fundante para a instauração das bases do poder burguês. (FERNANDES, 1975, p. 203).

Ainda explicita que a burguesia brasileira não realizou nenhuma aliança com as classes populares para a instauração de seu poder, pelo contrário, a burguesia se aliou diretamente para o Estado e estabeleceu sua “unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica”. Tal pressuposto fomentou as bases para a transformação da sociedade brasileira (FERNANDES, 1975, p.205).

Revela que a consequência disso foi a constituição de um pacto entre a nova e antiga estrutura, no qual a aristocracia agrária conservou as suas bases e a oligarquia se sustentou no poder. Essa situação fez com que as tais frações da burguesia conservassem e mantivessem múltiplas interfaces com as estruturas econômicas, sociais e políticas do país (FERNANDES, 1975, p.205).

Fernandes (1975) aponta que a burguesia nacional se comprometeu com as circunstâncias que lhe eram benéficas, assim, se adequou a influência modernizadora externa e aos requisitos ideais da ordem social competitiva.

O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais, e políticas do País. Ela não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do ‘atraso’ quanto do ‘adiantamento’ das populações (Fernandes, 1975, p.204)

¹ cibhenriques@gmail.com – UERJ.



Mediante tais conjecturas, o estudioso supracitado assevera que a burguesia brasileira não se forjou como uma classe revolucionária², mas sim como “ultraconservadora” e “reacionária”, pois se utilizou da força e da violência para instituir seu poder assim como para realizar as suas reformas políticas e econômicas em prol dos interesses particularistas e externos (FERNANDES, 1975, p.207).

O impulso modernizador, que vinha de fora e era inegavelmente considerável, anulou-se, assim, antes de tornar-se um fermento verdadeiramente revolucionário, capaz de converter a modernização econômica na base de um salto histórico de maior vulto. A convergência de interesses burgueses internos e externos fazia da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, sendo esta vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico, que ambos pretendiam, e para o estilo de vida política posto em prática pelas elites (FERNANDES, 1975, p.207).

Essa dupla associação fomentou a constituição de uma sociedade de classes dual e elitista, em que as classes dominantes rechaçam qualquer movimento oposicionista das classes trabalhadoras e tende a conciliar harmonicamente elementos tradicionais e modernos na sociedade.

Ainda, Fernandes (1975) anuncia que o processo de dominação burguesa e de transformação capitalista ocorrido no Brasil não foi idêntico ao ocorrido nos países centrais. Esclarece que as condições econômicas, políticas e sociais que engendraram a “revolução burguesa” na Inglaterra, França e Estados Unidos foram bem diferentes dos determinantes sócio-históricos e políticos que a ensejaram no Brasil. E que a base de justificação para que tal processo ocorresse nas economias dependentes foi à necessidade do aprofundamento do capitalismo nos países centrais e, por conseguinte a ampliação de mercados e exportação de capitais (IBIDEM, 1975, p.291).

Explana que a Alemanha e o Japão não tiveram uma revolução burguesa clássica que tivesse concomitantemente um caráter democrático e nacional, como nos países centrais, mas a implementaram de cima para baixo – pelo alto - por meio da “via prussiana”, conforme nominou Lênin. Cabe destacar, que tal processo também foi analisado por Gramsci que o denominou como “revolução passiva”.

[...] burguesias mais ou menos débeis e articuladas a aristocracias poderosas ou a burocracias influentes conduziram a transformação capitalista a níveis igualmente altos, compensando o poder econômico, social e político da burguesia pela centralização política, como aconteceu, de formas distintas, na Alemanha e no Japão- e produziram grandes manifestações dos tempos modernos da civilização industrial moderna. (FERNANDES, 1984, p. 71)

No entanto, ao analisar as especificidades conjunturais do processo latino-americano, infere que a “Revolução Burguesa no Brasil” não se processou como um fato histórico, mas sim estrutural. Assim, esclarece a impossibilidade da ocorrência de uma revolução burguesa nos moldes das economias independentes, pois a estrutura econômica, política, social era diferente (IBIDEM, 1975, p.292)

Portanto, afirma que o processo de “dominação burguesa” e de “transformação capitalista” na sociedade brasileira não se erigiu de modo “clássico”, como nos países

² É necessário destacar que o historiador Caem Prado Junior (1907-1990) foi o primeiro a estudar e interpretar as bases materialistas do processo de formação sócio-histórico brasileiro. Dentre as obras escritas do autor destacam-se: a “*Evolução Política do Brasil* (1933)”; a “*Formação do Brasil Contemporâneo* (1942)”; a “*História Econômica do Brasil* (1945)” e “*A Revolução Brasileira* (1966)”. Nessa última obra, o estudioso se contrapõe a visão etapista defendida e difundida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelos adeptos da esquerda ortodoxa e, portanto não atribui à burguesia brasileira qualquer “papel revolucionário” ou “anti-imperialista”.



centrais, pelo contrário, ocorreu de modo “periférico”. Clarifica que essa condição de subordinação das economias periféricas é estrutural e não somente transitória.

Então, mediante isso destaca que a “periferia” tende a ser moldada e a possuir um padrão de acumulação diferenciada - dependente - que se articula com as economias capitalistas independentes. E explicita que tal mecanismo propiciou um “avanço na história”, pois permitiu o desenvolvimento e aprofundamento do capitalismo nos países centrais (FERNANDES, 1975, p. 290).

[...] povos de origem colonial ou não partilharam dessa evolução do capitalismo, ficando à margem das verdadeiras vantagens dessa civilização, ou participaram dela como colônias, semicolonias e nações dependentes, o que gerou várias formas de desenvolvimento capitalista controlado de fora e voltado para fora, no sentido de que as estruturas e os dinamismos de suas economias e de suas sociedades estavam sempre nucleados a centros externos, que exerciam ou pelo menos compartilhavam do comando da exploração capitalista. Alguns desses países de origem colonial conheceram o não desenvolvimento, outros o subdesenvolvimento, e todos tiveram enormes parcelas da riqueza nacional transferida para o exterior, alimentando o esplendor do florescimento do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos (ou no Japão). (Florestan, 1984:71).

2 A REVOLUÇÃO BURGUESA BRASILEIRA E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DEPENDENTE EM FLORESTAN FERNANDES

Fernandes (1975) assinala que no Brasil a instauração da ordem competitiva não foi para todos. Pois se consistiu num processo de modernização capitalista que se deu em prol das classes dominantes. Por isso se justificou a necessidade da diversificação das classes sociais e, por conseguinte do incremento do trabalho livre, da expansão do espaço urbano e do assalariamento (IBIDEM, 1975, P.291).

Ressalta que a experiência do liberalismo clássico no Brasil se deu num momento de ascensão da classe trabalhadora e da ordem competitiva, em que a indústria se constituiu como outra fração da classe dominante e enfeixou o desenvolvimento econômico, que aconteceu em sintonia com os interesses externos (FERNANDES, 1975).

Nesse sentido, Fernandes (1975) ilumina que o desenvolvimento da indústria brasileira se deu diretamente associado aos interesses da burguesia internacional. Então, a partir desses pressupostos a burguesia nacional se associou ao Estado nacional e transferiu seus interesses para esse núcleo de poder, que passou a ser o indutor do processo de industrialização.

A constituição de um espaço de atuação das classes burguesas em nível político, econômico e social – o Estado – propiciou o incremento econômico e a apropriação “dual” do excedente econômico produzido pela classe trabalhadora pela burguesia nacional com vistas a retroalimentar a burguesia das nações capitalistas hegemônicas, por meio da exportação de capitais (IBIDEM, 1975).

Expõe que essa articulação com o capitalismo internacional fez com que se configurassem na sociedade brasileira um capitalismo de “padrão imperializado” e de natureza “dependente e subdesenvolvida” (FERNANDES, 1975, p.292).

Ainda situa que essa “dominação burguesa” deixou marcas que são perceptíveis nos países “*periféricos da economia capitalista dependente e subdesenvolvida*”. Dentre as quais, menciona: a concentração social da riqueza, o repasse do excedente nacional para os países capitalistas independentes e a formação de uma relação “subcapitalista de trabalho” que gerou “uma depressão medular do trabalho assalariado” (FERNANDES, 1975, p.293).

Ilumina que a concentração social da riqueza também explica a hipertrofia política, como as formas pré e subcapitalistas de trabalho e a depressão do trabalho assalariado.

E que a “Revolução Burguesa” na periferia se constituiu como um fenômeno político “restrito” porque a burguesia objetivou o controle das estruturas de poder político com o intuito de promover as mudanças econômicas necessárias para atender seus interesses



(FERNANDES, 1975).

Fernandes (1975) cita que o principal interesse da burguesia nacional e internacional foi o de “[...] *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore*” (IBIDEM, 1975, p.294, grifos do autor).

Ademais, que a burguesia nacional para assegurar a sua sobrevivência e a do capitalismo se utilizou de mecanismos políticos inflexíveis e coercitivos. Portanto, se mostrou pouco democrática e se valeu da “violência institucionalizada” para defender seus “fins políticos particularistas” (FERNANDES, 1975, p. 296).

Desse modo, o supracitado estudioso ressalta que no Brasil a dominação burguesa se consubstanciou num “modelo autocrático-burguês de transformação capitalista”. Aclara que essa característica foi comum das formações dependentes, nas quais ocorreu a experiência da “Revolução Burguesa” sobre bases políticas autocráticas (FERNANDES, 1975, p.292-299).

Infere que houve “diferenças fundamentais” nesse processo de transformação capitalista que se sucedeu nos países periféricos ocidentais e que isso se deu por causa das condições sócio-históricas específicas de cada país (FERNANDES, 1975, p. 298).

Mas, que apesar disso, os traços estruturais e essenciais do capitalismo, presentes nas economias dos países centrais se repetiram no processo de modernização capitalista das formações dependentes, como por exemplo, a exploração, a mais-valia e a competitividade (FERNANDES, 1975, p. 299).

Florestan Fernandes (1975) ilumina que no Brasil a inter-relação da dominação burguesa com a transformação capitalista se intensificou na medida em que ocorreu o aprofundamento da ordem competitiva no país.

Em consequência, a relação campo e cidade foram redefinidas e o Estado passou a promover a gestão das relações no espaço urbano. Assim, destaca que a criação de um complexo industrial-financeiro alterou a dinâmica econômica, social e política das cidades brasileiras que passaram a assumir funções metropolitanas.

Assevera que a “metropolização e a satelização” fomentou a reorganização do espaço urbano e, por conseguinte uma maior concentração de recursos financeiros e de pessoas nas cidades (FERNANDES, 1975)

Relata que esse processo de modernização ocorreu tardiamente no Brasil, somente nos idos de 50, período em que se sucedeu a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista.

Fernandes (1975) expôs que no Brasil a “Revolução Burguesa” consistiu num processo que conjugou o “desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa”. E aludiu que essa dupla articulação não criou apenas um modo de transformação capitalista, mas também uma maneira específica de dominação burguesa que se caracterizou como estrutural e funcional.

Assim, aponta que as medidas estatais adotadas para a efetivação desse processo dentro visavam mudanças dentro da ordem e objetivavam “o desenvolvimento acelerado” e a “revolução institucional”.

Deste modo, o autor supracitado explana que a revolução nacional se consubstanciou numa “integração horizontal” em que a burguesia impôs seus interesses às demais classes de modo “coercitivo e legítimo”. Assim, a dominação burguesa não teve apenas uma ascendência socioeconômica, mas, sobretudo uma preponderância política – regulativa – pois acrescentou ao capitalismo dependente um aspecto defensivo e repressivo que se espalhou pelas instituições ligadas ao poder burguês, inibindo ou suprimindo qualquer reação oposicionista das demais classes sociais (FERNANDES, 1975, p.302, grifos do autor).

Fernandes (1975) destaca que esse “despotismo burguês” foi o elemento



responsável pela “nítida separação entre *sociedade civil e Nação*. E ainda, que tal característica contribuiu para que a dominação burguesia fosse a única fonte de “poder político legítimo”, que se impôs como “ponto de chegada e de partida de qualquer mudança social relevante”. Assim como se constituiu em um óbice para qualquer tentativa de oposição às concepções burguesas vigentes (IBIDEM, 1975, p.304).

Ilustra que o capitalismo no Brasil associou “luxo poder e riqueza” ao lado da “extrema miséria, opróbrio e opressão”, sem que houvesse interlocução entre esses “dois mundos” compostos por classes socialmente antagônicas (FERNANDES, 1975, p.304).

Fernandes (1975) destaca que a dominação burguesa se erigiu a partir da estruturação três eixos centrais de ação: preservação e fortalecimento das condições econômicas, socioculturais e políticas a partir da promoção dos interesses da burguesia nacional e internacional; ampliação, aprofundamento e incorporação da economia brasileira na “comunidade internacional de negócios”; preservação, ampliação e unificação dos controles diretos e indiretos da máquina estatal pelas classes burguesas com fins “infundir ao poder burguês a máxima eficácia política” (IBIDEM, 1975, p. 304-305).

Desta maneira, o Estado Nacional se constituiu historicamente como um elemento central nesse padrão de dominação burguesa. Foi o lócus de poder e atuação da burguesia. Nos termos de Fernandes (1975), “[...] só ele, de fato, pode abrir às classes o áspero caminho de uma revolução nacional tolhida e prolongada pelas contradições do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento” (IBIDEM, 1975, p.307).

Assim sendo, ressalta que na medida em que a burguesia incorporou seus interesses capitalistas internos e externos a esta instância máxima de poder, por conseguinte, forjou as condições ideais para moldar o Estado às suas preocupações coletivas particularistas e a gestação dos mecanismos políticos que silenciaram e excluíram as outras classes da luta pelo poder estatal (FERNANDES, 1975, p.308-309).

Explicita que a militarização das estruturas e funções do Estado nacional foi fundamental para o processo de legitimação do poder burguês no Brasil. E que a “contra-revolução burguesa” de 1964 e o sistema “autocrático” foram consequências inevitáveis dessa modernização capitalista tardia.

Por fim, Fernandes (1975) clarifica que em longo prazo a dominação burguesa tende se refundir ou a se ajustar “[...] às pressões de baixo para cima e ao ‘diálogo entre as classes’, ou ela se condena a desaparecer ainda mais depressa” (IBIDEM, 1975, p.309).

Ademais destaca que a redefinição das relações sociais, a partir de uma perspectiva socialista, vai depender da correlação de forças presentes na sociedade. E que tal fato histórico pode ser concretizado se for protagonizado “como um devir” pelo proletariado das sociedades capitalistas dependentes (FERNANDES, 1975, p.366)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apreensão do estudo sociológico de Florestan Fernandes (1975) é de suma importância para que possamos refletir sobre a situação atual das políticas sociais brasileiras. Pois, os pressupostos políticos e normativos impostos pelos organismos multilaterais, pertencentes a Organizações das Nações Unidas (FMI, BIRD, OIT, UNESCO, UNICEF), influenciam e parametrizam as políticas sociais brasileiras.

As normativas e protocolos operacionais ditados por tais organismos internacionais substanciam a formulação das políticas sociais brasileiras e, por conseguinte determinam seu “modus operandis”. Mediante isso, tais orientações tendem a interpenetrar o cotidiano das instituições públicas e são interpretadas por alguns gestores e profissionais como “verdades absolutas” ou dogmas, que devem ser seguidos. Desse modo, a não criticidade de alguns atores institucionais corroboram para a construção de uma “linguagem institucional comum” que despolitiza os conflitos interclasses – entre capital e trabalho.

Silveira (2014) menciona que as agências multilaterais promovem esse “consenso”



por meio do estabelecimento de mecanismos representativos, de negociação e participação social. Então, se aliam ao Estado e a instituições privadas de interesse público (ONGs, Fundações, entre outras) com vistas a intermediar a negociação dos recursos financeiros e impor a direção política e social dos serviços prestados (IBIDEM, 2014, p421-422).

A supracitada autora explana que tais organismos internacionais promovem o fomento da construção de espaços de representatividade, como por exemplo, Fóruns e Conferências com o intuito de promover a participação social. Porém, adverte que a ênfase na construção desses mecanismos de escuta e participação não visa à politização dos sujeitos, mas apenas a sistematização de informações e recomendações. Assim como, a elaboração de projetos assistenciais para a produção de dados e de pesquisas, que objetivam justificar a transferências de fundos e financiamentos a interesses privados (SILVEIRA, 2014, p.422).

Sem dúvida, a elegibilidade desses pressupostos internacionais para a conformação da política social brasileira refunda padrões de dominação burguesa. Na atualidade, os pressupostos políticos e éticos dessa relação de dominação – assentada na desigualdade – se espriam em todas as dimensões da vida social. A associação da burguesia externa a burguesia interna se dá em prol da construção de um projeto civilizatório “restrito”, que instaura padrões de “civildade e incivildade” (Telles, 2006).

Mediante esse cenário, se avolumam demandas de difícil solução para os assistentes sociais. Como assegurar o acesso aos direitos? Se a atual conjuntura política internacional e nacional promove o desmonte dos direitos conquistados pelos trabalhadores, após varias lutas e embates. Como administrar e operacionalizar recursos institucionais escassos frente a crescente demanda de usuários em situação de “vulnerabilidade socioeconômica”? Cabe problematizar de que “vulnerabilidade” se está falando, uma vez que esse termo foi definido pelas agências multilaterais em seus documentos e, nos é repassado de modo irrefletido nos documentos normativos que dão legalidade as políticas assistenciais.

Por fim, diante desse cenário contemporâneo de impasses e desafios que arrebatam as políticas públicas brasileiras, se faz imprescindível revisitar a obra “Revolução Burguesa no Brasil”, pois ela nos faz refletir sobre os pressupostos teóricos fundantes da “revolução” e da “luta de classes”. Haja vista que a apreensão dessas categorias é de suma importância para se pensar em novos caminhos de ruptura com a dominação burguesa vigente.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. O que é Revolução. São Paulo: Abril cultural, 1984.

_____. Entrevista Florestan Fernandes. Brasília, 1983.

<http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis>, acesso em 14/3/2015. (entrevistado por José Albertino Rodrigues da UFSCar).

SILVEIRA, Elizabeth Cristina Curvelo. Messianismo e Cultura de Bem-Estar Social nas Nações Unidas: poder, violência e políticas públicas na construção da identidade onusiana. Revista Políticas Públicas., São Luís, v. 18, n. 2, p. 415-424, jul./dez. 2014.

TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.